

NOTAS Y COMUNICACIONES

OS ELEMENTOS CONDICIONANTES PARA SEGUIR NA OCUPAÇÃO DE AGRICULTOR: APONTAMENTOS A PARTIR DE ESTUDOS BRASILEIROS E INTERNACIONAIS

The conditioning elements to carry on the agricultural occupation: notes from Brazilian and international studies

Camila Weber

Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil
camyllaweber@gmail.com

Rosani Marisa Spanevello

Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil
rspanevello@yahoo.com.br

Mariele Boscardin

Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil
marieleboscardin@hotmail.com

Adriano Lago

Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil
adrianolago@yahoo.com.br

Gabrieli dos Santos Amorim

Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil.
gabrieliamorim@hotmail.com

RECIBIDO 29.09.19 ACEPTADO 4.11.2020



Resumo

O presente estudo tem como objetivo apontar quais os elementos condicionantes que influenciam o jovem a permanecer no meio rural na condição de sucessores. Para tanto, foram selecionados artigos que constam na base de dados Scopus (Elsevier) e do Portal de Periódicos CAPES/MEC publicados nos últimos cinco. No total, foram identificados dez artigos de seis países. Dentre as principais constatações, identificou-se que a idade e o sexo, comportamento do agricultor, a herança e sucessão rural, a identificação com o meio rural, bem como o capital físico e financeiro da propriedade e a conjuntura social, cultural e econômica propiciados pelo meio urbano, são os principais elementos que comprometem ou garantem a continuidade das propriedades rurais por meio da sucessão tanto no contexto nacional, quanto no contexto internacional.

Palavras- chaves: Sucessão geracional, fatores motivacionais, meio rural.

Abstract

This study aims to point out the conditioning factors that influence young people to remain in rural areas as successors. To that, articles were selected from the Scopus database (Elsevier) and from the CAPES / MEC Journal published in the last five years. In total, ten articles from six countries were identified. Among the main findings, it was identified that age and gender, behavior of the farmer, inheritance and rural succession, identification with the rural environment, as well as the physical and financial capital of the property and the social, cultural and economic conjuncture provided by the urban environment are the main elements that compromise or guarantee the continuity of rural properties through succession in both the national and international context.

Keywords: Generational succession, motivational factors, rural environment.

Resumen

El presente estudio tiene por objeto señalar los elementos condicionantes que influyen en la permanencia de los jóvenes en el medio rural en calidad de sucesores. Para ello se han seleccionado artículos de la base de datos Scopus (Elsevier) y del Portal de Periódicos CAPES/MEC publicados en los últimos cinco años. En total,

se identificaron diez artículos de seis países. Entre los principales hallazgos, se constata que la edad y el sexo, el comportamiento del agricultor, la herencia y la sucesión rural, la identificación con el medio rural, así como también el capital físico y financiero de la propiedad y la coyuntura social, cultural y económica propiciados por el medio urbano son los principales elementos que comprometen o aseguran la continuidad de las propiedades rurales a través de la sucesión, tanto en el contexto nacional como en el internacional.

Palabras clave: Sucesión generacional; factores motivacionales; medio rural.

1 INTRODUÇÃO

As atividades agrícolas possuem importante atribuição no setor econômico mundial e brasileiro devido a fatores como a empregabilidade direta ou indireta das pessoas no campo, mantendo-as no meio rural (Foguesatto, Artuzo, Lago, & Dessimon, 2016). No caso do Brasil, o crescente êxodo rural tem levado uma gama de trabalhadores rurais para o meio urbano, acarretando as dificuldades de oferta de trabalho, tanto familiar como não familiar, no campo. A diminuição da população rural tem sido um processo recorrente nas últimas décadas no Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que Censo de 1991, a população que residia no meio rural era de aproximadamente 36 milhões de pessoas, diminuindo para aproximadamente 30 milhões em 2010. No caso do estado do Rio Grande do Sul, o cenário não é distinto. De acordo com dados do Censo Populacional de 1991, a população rural perfazia um total de aproximadamente 2,1 milhões de pessoas, reduzindo para aproximadamente 1,5 milhões em 2010, havendo um decréscimo em torno de 25%.

Considerando o perfil da população rural que deixa o campo, estudos pioneiros como Camarano e Abramovay (1999) retratam ser um perfil jovem, com maior tendência das jovens mulheres. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1991 residiam no meio rural brasileiro aproximadamente 7 milhões de jovens (15 a 24 anos), reduzindo para aproximadamente 5 milhões em 2010, refletindo em uma redução de quase 27%. De

acordo com Moreira e Spanevello (2019), no caso do Rio Grande do Sul, a queda da população juvenil é mais acentuada a partir da década de 1990 com uma redução de 44,4% da população rural jovem, 15,6% em 2000 e 34,6% na década de 2010 em relação ao Censo de 1970 (IBGE, 2018). Outro aspecto marcante deste decréscimo é que em 2010 a população juvenil era inferior (14,6%) a população idosa (17%) presente no meio rural do estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2015).

A diminuição populacional juvenil implica em vários processos sociais no meio rural como é o caso da sucessão geracional. Conceitualmente, a sucessão é a transferência do patrimônio, dos direitos e deveres de uma propriedade, inclusive o poder de gerenciá-la, principalmente na ausência ou na impossibilidade do proprietário idoso em administrar seu estabelecimento agrícola, surgindo assim um novo agricultor que dará continuidade à vida e ao desenvolvimento do rural. Essa transferência é também, principalmente, de saberes, de usos e costumes e resulta num processo importante de transmissão cultural, social e histórica, da família e do meio em que ela está inserida (Stropasolas, 2011).

Atualmente, a sucessão geracional vem sendo discutida na literatura referente ao meio rural, especialmente pelas dificuldades em que muitas propriedades têm em fazer este processo (Maia, 2014). Quando a sucessão não acontece na propriedade, forma-se uma incerteza no que tange a continuidade da gestão dos negócios familiares e do patrimônio, além da perda da finalidade das estruturas comunitárias, o envelhecimento no campo, a oferta do mercado de terras, entre outros.

A permanência das novas gerações de filhos de agricultores no campo está atrelada a uma série de fatores tanto internos como externos a família, propriedade e meio rural. Estudos como o de Matte, Spanevello, Lago, Andreatta, (2019) e Matte, Spanevello, & Andreatta, (2016) e Spanevello, Matte, Andreatta, & Lago, (2017) e Spanevello, Azevedo, Vargas, & Matte (2011), realizados no Brasil apontam para aspectos como: dificuldade em obtenção de terra, ausência de incentivo por parte dos pais, comparação entre urbano e rural, penosidade das atividades agrícolas, desigualdade de gênero,

busca por estudo e expectativa profissional como aspectos relevantes no momento da decisão de ficar ou sair do campo.

Assim, o presente estudo teve como objetivo apontar quais os elementos condicionantes que influenciam o jovem a permanecer no meio rural na condição de sucessores, tanto no contexto brasileiro como internacional. Para responder esse objetivo, foram selecionados artigos que constam na base de dados Scopus (Elsevier) e do Portal de Periódicos CAPES/MEC publicados nos últimos cinco anos que tratam desta temática. No total, foram identificados 10 artigos.

Além desta introdução, o presente trabalho está organizado em outras quatro seções. A primeira apresenta uma discussão teórica acerca da sucessão geracional na agricultura bem como suas transformações ao longo do tempo. Seguido dos procedimentos metodológicos adotados na segunda seção. A terceira seção apresenta uma discussão entre os estudos selecionados conglomerando os elementos determinantes na decisão do jovem em permanecer ou não no rural. Finalmente, na quarta seção são apresentadas as considerações finais como fechamento.

2 SER OU NÃO SER AGRICULTOR: OS FATORES DETERMINANTES A LUZ DA LITERATURA

Segundo Matte, Spanevello, & Andreatta (2016). compreender os fatores determinantes na escolha dos jovens em permanecer no rural ou migrar para o urbano é de grande valia, pois condiciona a novas observações necessárias frente a manifestação de vontade dos potenciais sucessores, no desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos anseios externos dos jovens sucessores além da criação de ações através de instituições como as cooperativas, que propiciem estímulos a permanência no meio rural.

Os estudos pioneiros, especialmente europeus, tais com os realizados por Bourdieu na década de 1960 e Champagne na década de 1980, já davam conta de mostrar que a permanência dos filhos de agricultores no meio rural não era dada como um processo natural, ou seja, os filhos permaneciam na ocupação paterna quando as condições de infraestrutura, renda e motivações eram atendidas.

No Brasil, na região Sul, os trabalhos de Abramovay, Silvestro, Cortina, Baldissera, Ferrari, & Testa, (1998) e Silvestro, Abramovay, Mello, Dorigon & Baldissera (2001) no estado de Santa Catarina apontam que os filhos tendem a permanecer conforme as condições para tal processo. Entre as principais condições estão as infraestruturais da propriedade (renda, tecnificação, condições da moradia) na qual as propriedades foram classificadas em descapitalizadas (menos que um salário mínimo por mês por pessoa ocupada), em transição (um e três salários mínimos por mês por pessoa ocupada) e capitalizadas (superior a três salários mínimos por mês por unidade de mão-de-obra ocupada).

Estas diferenças produtivas e de geração de renda, segundo Brumer e Weisheimer (2006) tornam possível a classificação dos agricultores em dois grupos: de um lado, agricultores que não conseguem produzir nos moldes do mercado capitalista e, de outro, agricultores que encontram nas possibilidades abertas pelas relações mercantis os meios para profissionalizar a produção familiar, aumentar a produtividade (através de novas tecnologias, compra ou arrendamento de novas áreas de terra) e a rentabilidade de suas atividades produtivas. O resultado dessas distintas formas de inserção nos mercados é a diferenciação econômica e, sobretudo, social dos agricultores, com implicações diretas na escolha dos filhos pela sucessão das propriedades ou na sua continuidade ao longo das gerações.

Moreira (2019) aponta que os pais lançam mão de distintas estratégias para tentar garantir a permanência dos filhos. Estas estratégias, segundo o autor, estão relacionadas com os capitais financeiros das famílias (reservas monetárias), com os capitais produtivos (em termos de tamanho de área agricultável, maquinário, capacidade em contratar mão de obra, investimento em novas atividades como é o caso da atividade leiteira, possibilidade de arrendamento de novas áreas) e com o capital intelectual (possibilitar aos filhos a formação em curso superior), entre outros.

Estes capitais dos pais, das famílias e das propriedades possibilitam estratégias para manutenção dos filhos nas propriedades. Estas estratégias estão relacionadas com os incentivos paternos para assumir a gestão total ou parcial dos negócios, renda própria (através

do pagamento de um salário pelos pais ou através da divisão da renda gerada pelos negócios agrícolas) e moradia (podendo ser no meio urbano com deslocamento dos filhos diariamente até a propriedade para trabalhar ou mesmo no meio rural, em casas separadas dos pais). O trabalho de Moraes, Borges e Binotto (2017), também reforçam que as condições produtivas, tais como o tamanho da propriedade tem influência positiva sobre a sucessão, devido a possibilidade de gerar uma renda maior e satisfatória as necessidades da família.

Além das condições objetivas destacadas acima, a saída ou permanência dos jovens é atribuída as condições subjetivas pessoais e da família. Para Spanevello, Lago, Christofari, & Andreato (2014), as percepções positivas dos pais sobre a ocupação agrícola e a garantia da autonomia na gestão da propriedade ou mesmo na execução de algumas atividades por parte dos filhos servem como estímulo a permanência na ocupação de agricultor. De acordo com Moraes, Borges e Binoto (2017) fatores psicológicos também influenciam a intenção dos filhos de ficar e assumir a propriedade, pois o apego emocional a terra como o espaço e modo de vida da família, desempenha um papel importante no desenvolvimento da identidade sucessora como proprietário rural. Para Fischer e Burton (2014), os ensinamentos repassados aos filhos sobre o trabalho agrícola e a propriedade, através da inserção dos filhos na aprendizagem do trabalho são importantes para criar o estímulo a permanência dos filhos, pois fortalecem a identidade entre o sucessor e a propriedade rural.

No entanto, é preciso ponderar que este processo de identificação pode ser diferenciado entre os descendentes. O trabalho de Lurhs (2016) mostra que a motivação para permanecer ou sair tem ligação com o sexo dos descendentes. Segundo o autor, embora filhas tenham um grande interesse na agricultura, chegando a desenvolver habilidades para a execução das atividades nas propriedades, as mesmas consideram viver da agricultura se tivessem a oportunidade, pois são comumente ignoradas quando se trata de decisões sobre sucessão familiar das propriedades e/ou herança, o que significa dizer que o poder paterno continua influenciando na determinação da sucessão geracional das propriedades.

Outras condições externas a propriedade, tais como infraestrutura de lazer no meio rural, disponibilidade de rede de internet, estradas de boa qualidade, proximidade da propriedade com a cidade estão entre os outros fatores que afetam a decisão de ficar na ocupação de agricultor ou não.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo proposto no presente estudo realizou-se uma revisão bibliográfica de estudos nacionais e internacionais realizados nos últimos cinco anos sobre os elementos condicionantes que influenciam os jovens a permanecerem ou não no meio rural na condição de sucessores.

Dentro da análise do conjunto dos trabalhos selecionados, obteve-se estudos de seis países, dentre eles: Paquistão e Inglaterra (dois estudos), Irlanda (dois estudos), Estados Unidos, Escócia e Brasil (três estudos). As palavras-chaves foram selecionadas a partir do tema proposto pelo estudo, conforme quadro abaixo:

Quadro 1. Critérios de seleção dos documentos na base de dados *Scopus* e Portal de Periódicos CAPES).

Busca nos periódicos	Filtros	Resultados
Palavras - chaves	"farms"; "sucession rural"; "family rural"; "intergenerational"	610
Período	5 anos (2014 a 2018)	165
Área de assunto pertinente	Ciências agrárias e ciências sociais	74
Tipo de documento	Artigos	43
Tipo da fonte	Revistas Científicas	33
Seleção final dos artigos	Leitura dos resumos, palavras – chaves e títulos.	10

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A seguir apresenta-se um quadro contendo os artigos selecionados para o estudo com os respectivos títulos, ano de publicação e autores.

Quadro 2. Artigos selecionados (Scopus e Periódicos Portal CAPES), ano de publicação e autoria, período: 2014 a 2018.

N	Títulos	Ano	Autores
01	Spatial and temporal analysis of landholdings and farm fragmentation in Peshawar City District, Pakistan	2018	Samiullah e Rahman
02	"It's Definitely a Good Time to Be a Farmer": Understanding the Changing Dynamics of Successor Creation in Late Modern Society	2018	Chiswell e Lobley
03	O Futuro da Agricultura: O jovem Rural e o Dilema da Sucessão Geracional	2018	Ramos, Angnes e Costa
04	Uncovering obstacles: The exercise of symbolic power in the complex arena of intergenerational family farm transfer	2017	Conway et al.
05	From Generation to Generation: Changing Dimensions of Intergenerational Farm Transfer	2016	Chiswell
06	For the Love of the Land: Generational Land Transfer and the Future of Family Forests in Western Washington State, USA	2016	Creighton, Blatner e Carroll
07	Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo Geracional na Agricultura Familiar	2016	Foguesatto, C. R. Artuzo, F. D., Lago, A., & Dessimon, J. A. M., (2016).
08	Sucessão Geracional na Agricultura Familiar: Lições Apreendidas em duas Comunidades Rurais	2015	Kischener, Kiyota e Perondi
09	A recruitment crisis in agriculture? A reply to heike fischer and Rob J.F. Burton's understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles	2014	Fischer e Burton
10	The Relationship between 'Non-successor' Farm Offspring and the Continuity of the Irish Family Farm	2014	Cassidy e McGrath

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A análise dos dados foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011; Bauer, 2002) com o objetivo de elencar e agrupar os elementos condicionantes ou que impactam na

permanência dos jovens no meio rural ou na saída para o urbano. Outro aspecto que justifica a análise de conteúdo neste artigo enquanto técnica é o fato desta permitir reduzir a complexidade dos textos e falas, permitindo a organização sistemática dos textos e artigos levantada, resultando numa descrição mais simples ou mais enxuta das características que se pretende levantar (2002). Neste artigo, esta complexidade dos elementos encontrados ainda puderam ser agrupados em duas categorias, sendo eles, elementos materiais ou elementos simbólicos.

4 OS ELEMENTOS DETERMINANTES DA PERMANÊNCIA NO RURAL OU MIGRAÇÃO AO URBANO

Os elementos simbólicos identificados nos artigos analisados referem-se a idade e sexo do sucessor, comportamento do agricultor, herança. Sucessão geracional e identificação com o meio rural. Já os elementos materiais identificados referem-se ao capital físico e financeiro da propriedade e a conjuntura social, cultural e econômica do urbano, conforme apresentado no Quadro 03:

Quadro 3. Elementos simbólicos e materiais que influenciam na decisão dos potenciais sucessores em permanecer no meio rural ou migrar para o meio urbano.

	Elementos	Resultados
Elementos simbólicos	Idade e Sexo	Quanto mais velho o potencial sucessor, mais apego ao rural; quanto mais novo, mais liberdade de escolha em permanecer no rural ou migrar para o urbano.
	Comportamento do Agricultor	Não permite que os filhos participem das decisões das propriedades; estimulam os filhos a migrar para o urbano em busca de melhores condições de vida.
	Herança e Sucessão	A divisão da herança afeta o tamanho da propriedade e seu desenvolvimento; a herança não garante a sucessão geracional da propriedade.
	Identificação com o Meio Rural	Sentimento de afeto e pertencimento ao meio em que está inserido; somente sucederá o pai se identificar que terá possibilidade de crescimento do capital físico e financeiro.
Elementos materiais	Capital Físico e Financeiro da Propriedade	Quanto mais capital financeiro, mais interesse os filhos possuem na sucessão geracional; quanto menos capital financeiro maior a busca por oportunidades no urbano.
	Conjuntura Social, Cultural e Econômica do Urbano	O urbano oferece as condições sociais, culturais e econômicas que o rural não contempla.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

4.1 Elementos simbólicos determinantes da permanência no rural ou migração ao urbano

A respeito do primeiro elemento identificado, idade e sexo dos atores, os autores demonstram que a idade do sucessor potencial determina a sua permanência ou migração para o meio urbano.

Em estudo realizado na Inglaterra, Chiswell e Lobley (2018), analisaram dois grupos de potenciais sucessores: 1) os nascidos entre a década de 1960 e 1970 (grupo 1); 2) os nascidos entre a década de 1980 e 1990 (grupo 2). Os entrevistados pertencentes ao grupo 1 apresentam características e influências de permanência no rural, pois acreditam que “nasceram para serem agricultores”, sendo identificados desde cedo como futuros sucessores. A sucessão para os entrevistados desde grupo é uma exigência natural em suas vidas, determinada por gênero, ordem de nascimento e tradição familiar. Todos se sentiam comprometidos com seus antecessores e também com as gerações futuras. Ao contrário dos sucessores mais velhos, os entrevistados do grupo 2, tinham o incentivo dos pais para migrarem para a cidade, com o objetivo de realizar um estudar, trabalhar no meio urbano e, assim, analisar a viabilidade de fazer ou não da agricultura suas profissões (Chiswell e Lobley, 2018). A respeito disso, Chiswell (2016) argumenta que os sucessores mais jovens possuem liberdade de escolha, e que possivelmente assumiriam a propriedade dos pais, caso concluíssem que ela é rentável e que lhes permita condições que o meio urbano proporciona, caso contrário não compensaria.

Ainda, com relação a renda Matte, Spanevello e Andreatta (2015) salientam que, os filhos, em muitas situações, mesmo tendo interesse em permanecer na atividade agrícola, acabam procurando alternativas de obtenção de renda fora dela, acarretando a ausência de sucessores nas famílias agrícolas, distorcendo, assim, a ordem natural de o filho suceder seu pai. Os autores ainda acrescentam, como consequência da migração urbana, o destino dos pais e da propriedade rural com a chegada da velhice.

O comportamento do agricultor também destaca-se como um resultado relevante encontrado nos estudos e refere-se o quanto ele determina a permanência ou a migração dos sucessores. Este

elemento refere-se ao “costume” dos pais em não permitir que os filhos participem das decisões das propriedades. Em estudo realizado por Conway, Donagh, Farrell, & Kinsella (2017) é possível identificar que os pais relutam em fazer a transferência dos negócios e do patrimônio aos filhos, devido a tentativa da manutenção do poder paterno. Esta resistência está atrelada ao fato dos pais desejarem se manter ativos e produtivos na gestão da propriedade, inclusive na sociedade rural. Os pais relutam em planejar ou mesmo fazer a sucessão, pois a renúncia ao controle da propriedade os coloca em um papel mais periférico, tendo em vista que os filhos seriam os gestores principais a partir da sucessão. Por isso, prolongam o processo sucessório e negam a aposentadoria pelo entendimento que não saberiam o que fazer se cessassem permanentemente o gerenciamento da atividade agrícola.

Como resultado, ressaltam Conway, Donagh, Farrell & Kinsella (2017) há uma proporção significativa de agricultores que se abstêm de transferir a propriedade ainda em vida para os filhos, resultando em barreiras econômicas e socioculturais significativas para a geração mais jovem interessada em seguir na ocupação agrícola, gerando a desistência da nova geração em seguir na ocupação e nos negócios agrícolas, ocasionando perfis de agricultores com idade mais avançada.

Ainda a respeito do comportamento do agricultor, Chiswell (2016) aponta que, nos casos de desistência dos filhos em seguir na atividade agrícola, os mesmos, muitas vezes eram tratados como “empregados” por seus pais, não tendo participação nas decisões da propriedade, assim como suas mães, que pouco opinavam sobre o gerenciamento e as finanças. Nestas situações, cabia ao sucessor, caso desejasse permanecer, aguardar o desejo do pai em efetivar o processo sucessório definitivo.

O comportamento do agricultor também foi identificado por Foguesatto et al., (2016) em estudo realizado com 68 jovens filhos de agricultores, com idades entre 15 e 29 anos, que saíram do campo e migraram para as cidades, exercendo atividades remuneradas. Dentre os entrevistados, 62% prefeririam, morar no rural, atribuindo fatores positivos a este local, no entanto, a falta de reconhecimento dos pais pelas atividades exercidas e a falta de confiabilidade em

permitir que tomem decisões e participem do gerenciamento das propriedades rurais foi um fator determinante na opção por migrar para o meio urbano.

Nesta mesma perspectiva, em estudo realizado no Brasil, Ramos, Angnes e Costa (2018) ao entrevistar possíveis sucessores com idades entre 15 e 30 anos, os quais frequentaram ou que ainda frequentam a escola no meio rural, os mesmos ressaltaram que seus pais não lhes permitem tomar decisões junto à propriedade, cabendo-lhes apenas as tarefas impostas, o que os afasta da ideia de gerenciar futuramente a propriedade rural.

A questão da herança e sucessão rural também foi identificada nos estudos analisados como um elemento simbólico determinante na migração ou não dos jovens para o meio urbano. Os resultados sugerem que a divisão da herança afeta o tamanho da propriedade e seu desenvolvimento bem como que a herança não garante a sucessão geracional da propriedade.

Para Creighton, Blatner e Carroll (2016) a divisão da herança entre os herdeiros é impulsionador da desistência do rural pelos potenciais sucessores, visto que legalmente estabelecida diminui ainda mais o tamanho das propriedades, tornando impossível torná-las rentáveis.

No mesmo estudo, os potenciais sucessores ainda presenciavam os pais sofrerem com as instabilidades financeiras, o alto custo da terra, valorada principalmente pela tendência da entrada da produção de grãos, falta de oportunidades sociais, econômicas e culturais existentes somente no urbano, entre outras questões. Isso tudo colocava em dúvida, o desejo de dar continuidade ao rural (Creighton, Blatner e Carroll, 2016).

Nesse contexto, a sucessão é entendida como a transferência do comando ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio familiar aos filhos como sucessores potenciais ou à futura geração. É através da característica referente à passagem dos bens e da gestão do estabelecimento familiar no decorrer das gerações, onde a pecuária familiar, bem como a agricultura, assegura a sua reprodução social ou o seu segmento. Nessa perspectiva, a garantia da transmissão dos bens ou patrimônios entre os descendentes é uma maneira de assegurar a sucessão. Contudo, a herança trata da transferência legal

do patrimônio, dos bens inclusive a terra, e, portanto, a retirada dos pais, bem como a sua aposentadoria, significa a retirada do atual proprietário do trabalho e do comando do estabelecimento (Gasson e Errington, 1993).

A respeito da fragmentação da terra devido a divisão de herança estabelecida por lei, Samiullah e Rahman (2018) complementam que, as propriedades se torna ainda menores, e consequentemente, isso gera baixa produtividade, aliada com a falta de gerenciamento eficiente, induz as famílias a migrarem para o urbano, fazendo com que as mesmas arrendem ou abandonem suas pequenas propriedades porque não conseguiam produzir nem para o próprio sustento e manutenção da propriedade.

O quarto elemento simbólico identificado nos estudos analisados diz respeito à identificação com o meio rural. No conjunto, dos trabalhos analisados, os resultados, sinalizam que este elemento refere-se ao sentimento de afeto e pertencimento ao meio em que está inserido, ou seja, somente sucederá o pai se identificar que terá possibilidade de crescimento do capital físico e financeiro.

A respeito disso, Fischer e Burton (2014) apontam que a sucessão é marcada por ciclos endógenos socialmente construídos. Neste sentido, pode-se construir a chamada identidade sucessória e progressão da “escada da fazenda”, ambas de longo prazo cujo início parte do incentivo dos pais ainda na infância com a introdução das crianças no mundo do trabalho agrícola (desenvolvendo as atividades em conjunto com os pais) além de criar o apego à propriedade (advinda muitas vezes de herança dos avôs).

Os processos de identificação e a progressão na “escada da fazenda”, segundo Fischer e Burton (2014), são endogenamente interligados às trajetórias de negócios da propriedade. A partir da identificação de um sucessor, a família e a propriedade tem a possibilidade de criar trajetórias agrícolas de longo prazo através de investimentos econômicos, tecnológicos, de terras, de mão de obra, entre outros. Quando a família tem a certeza da sucessão, mais ela investe inclusive deixando parte das decisões para o sucessor. À medida que a certeza da sucessão aumenta, crescentes exibições de comprometimento e as habilidades e conhecimentos aprimorados do sucessor permitem o

início simultâneo de estratégias de desenvolvimento e, através dessas mudanças nas trajetórias das fazendas, a reafirmação prática das identidades sucessoras tanto materialmente (em termos de mudanças agrícolas orientadas à sucessão e lideradas por sucessores) e imaterialmente (em termos de reconhecimento/orgulho) (Fischer e Burton, 2014).

A identificação com o meio rural também foi apontada por Kischener, Kiyota e Perondi, (2015), em estudo, realizado com 50 entrevistados pertencentes a duas comunidades rurais do Sudoeste do Paraná, Brasil, no qual os autores constataram que 36% dos agricultores entrevistados possuem um sucessor potencial com interesse em gerenciar a propriedade, bem como esse processo já estava definido pelos filhos que frisaram que os laços de amizade e fidelidade entre os vizinhos e a comunidade eram determinantes para o desejo de suceder os pais.

4.2 Elementos materiais determinantes da permanência no rural ou migração ao urbano

Os elementos materiais identificados nos estudos, referem-se ao capital físico e financeiro da propriedade. Em relação ao capital financeiro, este influencia significativamente a permanência no rural pois quanto maior capital financeiro, maior interesse os filhos possuem na sucessão geracional (Savian, 2014). Por outro lado, quanto menos capital financeiro maior a busca por oportunidades no urbano. Autores como, Perondi e Schneider, (2012) e Matte (2013) ressaltam que isso acontece porque o capital financeiro potencializa a aquisição do capital físico tais aquisição de terras (ou mesmo arrendamento), máquinas, animais e benfeitorias, ou até mesmo estradas, água encanada, energia elétrica, entre outros.

Por fim, foi possível identificar a conjuntura social, cultural e econômica do urbano como um segundo elemento material que contribui para a permanência dos jovens no meio rural na condição de sucessores. Este elemento diz respeito as condições sociais, culturais e econômicas que o rural não contempla, sendo um fator de expulsão dos potenciais sucessores do meio rural, caso o meio urbano vier a contemplar.

Cassidy e Mcgrath (2014), destacam que no cenário da modernização da agricultura, muitos agricultores tiveram a oportunidade de partir para atividades não agrícolas, e outros, não tendo alternativa no campo, tiveram que migrar para o urbano. Neste estudo, foram entrevistados 30 jovens, com idades entre 18 e 33 anos, ambos de origem agrícola, filhos de agricultores irlandeses que frequentavam a universidade. Os autores constataram que jovens oriundos de fazendas desenvolvidas e estruturadas possuíam enorme interesse em retornar e assumir a sucessão após a conclusão de suas faculdades. Já os entrevistados pertencentes às pequenas propriedades sentiam-se incertos em voltar ao rural, diante da realidade vivenciada por seus pais, muito inferior às condições existentes nos centros urbanos (Cassidy e Mcgrath, 2014).

A respeito destes resultados, Ramos et al., (2018) em estudo brasileiro constataram que, os jovens em sua maioria não acreditavam que a agricultura de pequena escala poderia custear o padrão de vida que eles almejavam, muito próximo daqueles idealizados no meio urbano. Diante disso, os pais não impediam os filhos de irem para a cidade em busca de melhores condições, mesmo que seus desejos intrínsecos fossem de que eles não abandonassem tudo o que a família construiu.

Um elemento que se destaca no meio rural, resultado da migração do jovem para os centros urbanos, e conseqüentemente seu esvaziamento, é a falta de lazer, de atividades recreativas, festas, jogos, entre outros, que proporcionem entretenimento, pois sem material humano para tais é inviável qualquer tipo de acontecimento dessa espécie, conforme os relatos daqueles poucos jovens que ainda permaneceram na região da campanha do Estado do Rio Grande do Sul (Matte et al., 2015). Assim, a falta de políticas públicas voltadas para o rural que proporcionassem uma expectativa de aproximação com o urbano e a existência de escolas técnicas e universidades no meio rural.

Kischener, Kiyota & Perondi (2015), argumentam que na cidade o trabalho é menos penoso, mais rentável, possui horas a serem trabalhadas, ao contrário do campo, que são todos os dias, de domingo a domingo. Tem-se a facilidade do acesso ao estudo e ao mercado de trabalho para as mulheres, além da questão de melhores condições de saúde, pois no campo se tem contato direto com

venenos e o acesso a médicos é limitado. A migração para o urbano também é influenciada pelas condições de prospecção de melhoria de vida que a cidade apresenta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade enfrentada pelas famílias em suas propriedades rurais define as suas permanências ou não no campo, através da possibilidade da efetivação da sucessão geracional. O jovem, agente determinante para que tal fato ocorra, por mais que prefira morar no meio rural, desejando garantir a continuidade da propriedade, dos usos e costumes herdados de seus ascendentes, também deseja qualidade de vida, acesso à educação, saúde, lazer, cultura, diversidade de alimentos e de ambientes, o que sua renda no meio rural ou até mesmo a posição geográfica em que se encontra muitas vezes não lhe permite.

O jovem não migraria do rural se pudesse ter o mesmo padrão de vida daqueles que moram nos centros urbanos, e esse motivo, entre tantos outros, o faz abandonar o que é seu por direito e partir para as cidades.

Diante deste estudo, pode-se perceber, no acoplamento dos resultados dos diversos trabalhos, que a problemática da sucessão geracional nas propriedades rurais é de esfera global, presente nos diversos países em que foram feitas as pesquisas. Os pais desejam que seus filhos os sucedam ao mesmo tempo em que não permitem a sua participação nas decisões e no gerenciamento da propriedade, afastando o jovem do desejo de suceder.

Dentro da expectativa do jovem em permanecer no rural, foi identificado que, na medida em que a propriedade possui estrutura, aumento e capacidade de produção, eficiência e desenvolvimento, proporcionando rentabilidade à família, o jovem comporta-se como um potencial sucessor com grande interesse geracional. Já aquele jovem que não vê perspectivas em sua propriedade, não acredita que dela conseguirá sustentar uma família, conforme seus anseios, tende a migrar para a cidade em busca de melhores condições.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. Silvestro, M., Cortina, N., Baldissera, I. T., Ferrari, D. e Testa, V. M. (1998). *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo. SP: Edições, 70.
- Bauer, M. W. (2002) *Análise de conteúdo clássica: uma revisão. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Editora Vozes Limitada
- Brumer, A. e Weisheimer, N. (2006). Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito do Mercosul. In *NEAD: Gênero, Agricultura e reforma agrária no Mercosul* (46-87). Brasília: MDA/NEAD.
- Cassidy, A., e Mcgrath, B. (2014). The Relationship between 'Non-successor' Farm Offspring and the Continuity of the Irish Family Farm. *Sociologia Ruralis*, 54 (4). Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/soru.12054>. Acesso em: 12 Out. 2018.
- Chiswell, H. M. & Loble, M. (2018) "It's Definitely a Good Time to Be a Farmer": Understanding the Changing Dynamics of Successor Creation in Late Modern Society. *Rural Sociology*, 83 (3), 630-653. Disponível em: <https://onlinelibrary-wiley.ez47.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1111/ruso.12205>
- Chiswell, H. M. (2016). From Generation to Generation: Changing Dimensions of Intergenerational Farm Transfer. *Sociologia Ruralis* 58 (1). Disponível em: <https://onlinelibrary-wiley.ez47.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1111/soru.12138>.
- Conway, S. F., Donagh, J. M., Farrell, M., & Kinsella, A. (2017). Uncovering obstacles: The exercise of symbolic power in the complex arena of intergenerational family farm transfer. *Journal of Rural Studies*, 54, 60-75. Disponível em: <https://www-sciencedirect.ez47.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0743016717301547>
- Creighton, J., Blatner, K. A. e Carroll, M. S. (2016). For the Love of the Land: Generational Land Transfer and the Future of Family Forests in Western Washington State, USA. *Small-scale Forestry* 15 (1), 1-15. Disponível em: <https://link-springer-com.ez47.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/s11842-015-9301-2>
- Fischer, H. e Burton, R. J. F. (2014). Understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles. *Sociologia Ruralis* 54 (4).
- Foguesatto, C. R. Artuzo, F. D., Lago, A., e Dessimon, J. A. M. (2016). Fatores relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão

- geracional na agricultura familiar. *Revista Paranaense de Desenvolvimento: economia, estado, sociedade* 37 (130). Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/786>
- Gasson, R. e Errington, A. (1993). *The farm family business*. Wallingford: Cab International.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo Demográfico*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>.
- Kischener, M.; Kiyota, N., e Perondi, M. (2015). Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. *Mundo Agrário* 16 (33). Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7114/pr.7114.pdf
- Lurhs, D. E. (2016). Consider the daughters, they are important to family farms and rural communities too: family-farm succession. *Gender, Place e Culture*, 23(8), 1078-1092
- Maia, A. G. (2014). O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, A. M. et al. *O mundo rural no Brasil século 21*. Brasília, DF: Embrapa. 2014. p. 1081-1099
- Matte, A. (2013). Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Matte, A., Spanevello, R. M., e Andreatta, T. (2016). Reprodução social na pecuária familiar. In: Waquil, P. D., Matte, A., Neske, M. Z., & Borba, M. F. S. *Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento* (265-284). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Matte, A.; Spanevello, R. M., & Andreatta, T. (2015). Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito - RS. *Holos* 1, Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1964>.
- Matte, A.; Spanevello, R. M.; Lago, A., e Andreatta, T. (2019). Agricultura e pecuária familiar: (des) continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional* 15, 19-33. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4317/739>.

- Morais, M; Borges, J. A. R. e Binotto, E. (2017). Using the reasoned action approach to understand Brazilian successors' intention to take over the farm. *Land Use Policy* 71, 445-452.
- Moreira, S. L. da e Spanevello, R. M. (2019). Modelos sucessórios em propriedades rurais: um estudo no município de Cruz Alta/RS. *Grifos* (46). DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v28i46.4563>
- Moreira, S. L. da (2019). Estratégias e modelos sucessórios em propriedades rurais do município de Cruz Alta/RS (2019). Programa de Pós Graduação em Agronegócios. Universidade Federal de Santa Maria. Palmeira das Missões.
- Perondi, M. A., e Schneider, S. (2012). Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. *Redes* 17 (2), 117-135.
- Ramos, V. S.; Angnes, J. S., e Costa, Z. (2018). O futuro da fomicultura: o jovem rural e o dilema da sucessão geracional. *Desenvolvimento em Questão*, 16 (43). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75255594020>.
- Samiullah, M. A. K. e Atta-Ur-Rahman. (2018). Spatial and temporal analysis of landholdings and farm fragmentation in Peshawar City District, Pakistan. *Sarhad Journal of Agriculture* 34 (3), 550-562. Disponível em: <http://eds-b-ebsohost.ez47.periodicos.capes.gov.br/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=08f9280d-573e-4ca8-a85a-be0eb9f312f7%40sessionmgr102>.
- Savian, M. (2014). Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? *Espaço Acadêmico* 14 (159). Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/22740>.
- Silvestro, M. L. et al. (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Spanevello, R. M., Azevedo, L. F. de., Vargas, L. P., e Matte, A. (2011). Migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. *Revista de Ciências Humanas* 45, 291- 304.
- Spanevello, R., Matte, A., Andreatta, T., e Lago, A. (2017). A Problemática do Envelhecimento no Meio Rural sob a Ótica dos Agricultores Familiares sem Sucessores. *Desenvolvimento Em Questão*, 15(40), 348-372. Disponível: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5903>. doi.org/10.21527/2237-6453.2017.40.348-372

- Spanevello, R.M., Lago, A., Christofari, L. F., e Andreato, T. (2014). As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: Renk, A., & Dorigon, C., (Org.). *Juventude Rural, cultura e mudança social* (163-188). 5ed. Chapecó: Argos.
- Stropasolas, V. L. (2011). Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. *Agriculturas* 8 (1). Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/08/artigo-5.pdf>